

Claudia Wasserman

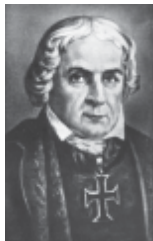
Professora Adjunta do Departamento de História da UFRGS.
Doutora em História Social pela UFRJ. Pesquisadora do CNPq.

Identidade Nacional

O Brasil para seus intelectuais

Este artigo pretende abordar o tema da constituição da identidade nacional brasileira e o papel desempenhado pela intelectualidade neste processo.

Palavras-chave: identidade nacional, história intelectual brasileira, nação e nacionalidade.



This article goals to present the theme of Brazilian's national identity constitution and the role of the intelligence on this process.

Keywords: national identity, brazilian intellectual history, nation and nationality.

O tema da identidade nacional tem sido bastante abordado pelos meios acadêmicos, pela mídia e também pelos políticos. Os primeiros propõem-se a explicar as origens dos sentimentos nacionais e da nação; a mídia aplica o conceito indistintamente, caracterizando os comportamentos e refe-

renciais comuns ao conjunto da comunidade nacional; e os políticos utilizam a idéia de identidade nacional para fins programáticos e como forma de apelo aos sentimentos comunitários.

Possuir uma nacionalidade e buscar as origens da nação ou defender o naciona-

lismo são considerados fatos corriqueiros na história do século XX, nem sempre tratados com tranqüilidade pelos militantes da questão nacional, pelos especialistas ou mesmo pelo cidadão comum. Nação, nacionalidade e nacionalismo são temas controversos. Entre os historiadores, a dificuldade parece aumentar, porque, embora tenhamos como objeto as sociedades humanas, parece difícil para a maioria de nós lidar com os sentimentos, com os processos subjetivos, que não prescindem das condições materiais, mas também não se confundem com elas. Frequentemente, nesta temática, aparecem as paixões humanas. Idéias idílicas de pertencer a uma comunidade mais ampla do que a local ou de ser protagonista na construção de uma nacionalidade tornam o tema mais problemático para os especialistas.

Este artigo pretende abordar o tema da constituição da identidade nacional brasileira e o papel desempenhado pela intelectualidade neste processo. Qual o peso dos intelectuais na construção dos sentimentos nacionalistas?

Basicamente, a constituição de uma identidade nacional, a construção de uma fraternidade entre pessoas que habitam um território delimitado, ocorre a partir de elementos objetivos e subjetivos,¹ da existência de tecnologia² e de uma importante dose de invenção, engenharia política ou artefato.³

Entre os elementos objetivos, existem aqueles que advêm das tradições, hábitos, costumes e rituais dos setores conhecidos como *los de abajo*, o que

Hobsbawn chamou de “protonacionalismo popular”. Além disso, o Estado político cria outros elementos objetivos, como exército, moeda, fixação de fronteiras, e inventa alguns elementos que são concretos, mas funcionam como simbólicos, como, por exemplo, hino nacional, bandeira etc., aspectos relacionados com o “patriotismo constituído pelo alto”.⁴

O fator subjetivo refere-se ao nacionalismo, ou seja, à intenção explícita de construir e consolidar uma fraternidade que ultrapasse os limites locais e regionais. Os nacionalismos são veículos por meio dos quais se constroem as nações modernas; são eles que elaboram programas capazes de, em sociedades tão desiguais como as nossas latino-americanas, por exemplo, incorporar grande parte da população e fazer com que todos se sintam partícipes dessa comunidade imaginada.⁵

A tecnologia, que se refere à existência da imprensa e envolve a educação em massa, a elaboração de cartilhas, a existência de um mercado editorial e de periódicos de circulação nacional, bem como, eventualmente, do rádio, é necessária para a difusão dos elementos objetivos e do nacionalismo. Para que todos tenham acesso à idéia de pertencimento a uma nacionalidade e ao conhecimento das datas nacionais, dos símbolos etc., é imprescindível que exista uma tecnologia capaz de difundir essa fraternidade.

Finalmente, são necessárias pessoas que *juntem tudo isso* e forneçam sentido ao que está aparentemente *solto*; que con-

sigam realizar um amálgama de todos esses aspectos objetivos e subjetivos e que saibam usar a tecnologia a favor da difusão dessa nacionalidade; que sejam convincentes e tenham autoridade para falar em nome de todos. Essas pessoas são os intelectuais. Sujeitos bastante singulares, responsáveis por criar e transmitir idéias que terão um efeito importante na constituição da identidade nacional.

O espaço social ocupado pelos intelectuais nas sociedades contemporâneas fornece a eles um prestígio, como supostos portadores da razão, da verdade e de valores éticos de validade universal. O lugar de enunciação do discurso intelectual (academias, centros de investigação da história nacional, arquivos de documentos históricos, escolas e universidades) confere autoridade aos que falam a partir dele.⁶

Os intelectuais tiveram um papel de destaque na criação de uma narrativa que conferiu ao passado uma identidade; através dessa narrativa, esses sujeitos puderam instaurar um significado na história nacional. Foram responsáveis por aquilo que Ernest Gellner chama de engenharia, artefato ou invenção da nação.⁷

Inicialmente, os intelectuais brasileiros, por exemplo, estiveram muito envolvidos com a política. Alguns eram militares que participaram do processo de independência, outros, literatos. Depois foram sobrevivendo em institutos e centros de história, arquivos de história nacional e, mais tarde, nas universidades.

É possível periodizar as mudanças do perfil intelectual brasileiro. Modificam-se os *lugares de enunciação* (política, arquivos, centros de investigação, universidades) e muda também o *regime de historicidade* (os eixos centrais da análise e caracterização da história nacional), mas em todas as épocas os intelectuais desempenharam certas funções na criação da narrativa a respeito da nação e da nacionalidade. Que funções foram essas? Primeiramente, ressaltar a importância das tradições, hábitos, costumes comuns, e rejeitar aqueles que eram diferentes; depois, conferir sentido àqueles elementos que antes se encontravam dispersos; realizar um amálgama de tradições, rituais, costumes de *los de abajo* e de aspectos introduzidos pelo Estado, naturalizando a existência de uma fraternidade entre todos esses elementos; realizar a propaganda dos sentimentos de pertencimento (programa do nacionalismo), utilizando e estimulando os meios de difusão desse programa nacionalista em escolas, meios de comunicação e outros campos de sociabilidade.

Existem vários discursos intelectuais acerca da nação e da nacionalidade brasileira. Esses discursos são muitas vezes contraditórios e divergentes: um trata da precoce manutenção da unidade territorial e dos benefícios da manutenção da família real portuguesa no pós-independência e atribuem ao país uma unidade nacional original, por vezes tratada como ontológica;⁸ outro discurso aborda a provisoriedade da nação brasileira e

sua incompletude, as dificuldades de incorporação de grupos sociais subalternos, os males, problemas, desvios e deformações que impediram a constituição de uma autêntica nacionalidade;⁹ existe, ainda, outra formação discursiva que considera a especificidade do caráter nacional, do modo de ser do brasileiro, daquilo que o diferencia dos demais povos.¹⁰

Configura-se, a partir dessa mescla de discursos e afirmações peremptórias de nacionalidade, o chamado discurso fundador, que funciona como referência básica no imaginário constitutivo do país. A apreensão desses discursos fundadores é feita nos meios de comunicação, nos livros de história e ciências sociais, na literatura nacional, nos manifestos políticos e nos clichês acerca do modo de ser do brasileiro. A identidade nacional conforma-se a partir de uma conjunção entre esses discursos, prevalecendo um ou outro, ou uma mescla deles, conforme o momento histórico e os sujeitos sociais que emitem opinião sobre o assunto.

Mesmo assim, como bem observava Hobsbawn, é muito difícil perceber o que as pessoas comuns pensam acerca de sua própria condição identitária: “é muito provável que os soldados conchamados por Nelson a lutar na batalha de Trafalgar tivessem realmente o sentimento de patriotismo descrito ardentemente no discurso do comandante, mas não podemos ter essa certeza absoluta”.¹¹ Não existe possibilidade de controle coletivo ou pessoal sobre a construção de

sentidos de nacionalidade ou nação. Não se sabe exatamente o porquê da eficácia discursiva; o certo, no entanto, é que os excessos de voluntarismo nem sempre são suficientes para a consolidação de um axioma no que se refere à questão nacional.

Assim, refletir sobre as forças que instauram um sentido à nacionalidade e à nação brasileira é tentar sistematizar a mescla ideológica que conferiu ao Brasil e aos brasileiros uma especificidade que os fazem diferentes dos outros.

O discurso pós-independência tornou-se um divisor de águas na construção da nacionalidade, muito embora os marcos da fundação do sentimento nacional tenham sido freqüentemente deslocados para momentos anteriores à independência. O historiador oficial da monarquia, Francisco Adolfo de Varnhagen, defendia esse sistema e afirmava que “todos os indivíduos mais respeitáveis, tanto funcionários como escritores ou simples pensadores, consideravam (...) possível e até vantajosa a continuação, ao menos ainda por algum tempo, da união a Portugal”.¹² Mas, em outro momento, manifestou abertamente a idéia da preexistência de um sentimento antilusitano fervoroso:

Os sentimentos em favor da independência manifestaram-se desde logo tão fortes nos corações brasileiros, à chegada das primeiras notícias dos planos meditados pelas Cortes, no mês de julho, de dividir o Brasil, que conceberam desde logo a idéia, *por*

certo ainda então demasiado prematura, de aclamarem o próprio príncipe imperador do Brasil.¹⁵

Varnhagen considerava prematura a empresa da independência, mas também não podia admitir, assim como os “corações brasileiros”, um processo de recolonização. Note-se que o ideal de Varnhagen, de difícil apreensão numa obra tão descritiva, era manter o Brasil unido a Portugal, numa situação em que

a *ex-colônia* mantivesse condições de igualdade jurídica e política com a antiga metrópole. Em Varnhagen, a idéia de existência originária de uma nação está ligada ao esquecimento dos índios como integrantes do país e ao estreito vínculo construído entre a elite local e as cortes portuguesas.

Para José Bonifácio, livre-pensador, político do Império, dois problemas tinham que ser solucionados para a felicidade da

AN PH/FOT/ 12260(5)



José Bonifácio, livre-pensador do Império

nação; acreditava que a nação não estaria “regenerada” se os índios e os negros não sofressem um processo de enquadramento, por meio de leis:

Chegada a época feliz da regeneração política da nação brasileira, e devendo todo cidadão honrado e instruído concorrer para tão grande obra, também eu me lisonjeio que poderei levar ante a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa algumas idéias, que o estudo e a experiência têm em mim excitado e desenvolvido.

Como cidadão livre e deputado da nação dois objetos me parecem ser, fora a Constituição, de maior interesse para a prosperidade futura deste império. O primeiro é um novo regulamento para promover a civilização geral dos índios do Brasil, que farão com o andar do tempo inúteis os escravos. Segundo, uma nova lei sobre o comércio da escravatura, e tratamento miserável dos cativos.¹⁴

O historiador Capistrano de Abreu, contemporâneo de Varnhagen, concebeu seu livro *Capítulos de história colonial (1500-1800)* a partir dos últimos anos do século XIX, quando começou a recolher documentos na Biblioteca Nacional, e chegou à conclusão de que a formação do sentimento nacional brasileiro foi fruto de guerras e movimentos como o dos bandeirantes paulistas. Essas revoltas e movimentos teriam

forjado a consciência nacional indispensável ao “sete de setembro”. Em 1875, escreveu:

Os holandeses foram derrotados; os paulistas transportaram para o seio das florestas as epopéias que os portugueses tinham cinzelado nos seios dos mares; em Pernambuco houve a guerra dos Mascates e alhures revoltas mais ou menos sangrentas; os interesses reinóis e coloniais bifurcaram-se e tornaram-se antagônicos; o sentimento de fraternidade começou a germinar (...). A pouco e pouco a emoção antiga foi desaparecendo; a emoção de superioridade rebentou, cresceu e deu-nos o sete de setembro, o dia-século de nossa história.¹⁵

Além de conceber a nação brasileira como um dado cuja origem encontrava-se em certas guerras e movimentos coloniais, ao final dos *Capítulos de história colonial*, Capistrano de Abreu seguia a mesma linha determinista e cientificista de seus contemporâneos para demonstrar os problemas e dificuldades de se consolidar a nação. Descreveu a terra, o clima e os tipos característicos das mais diversas regiões do país, para concluir que:

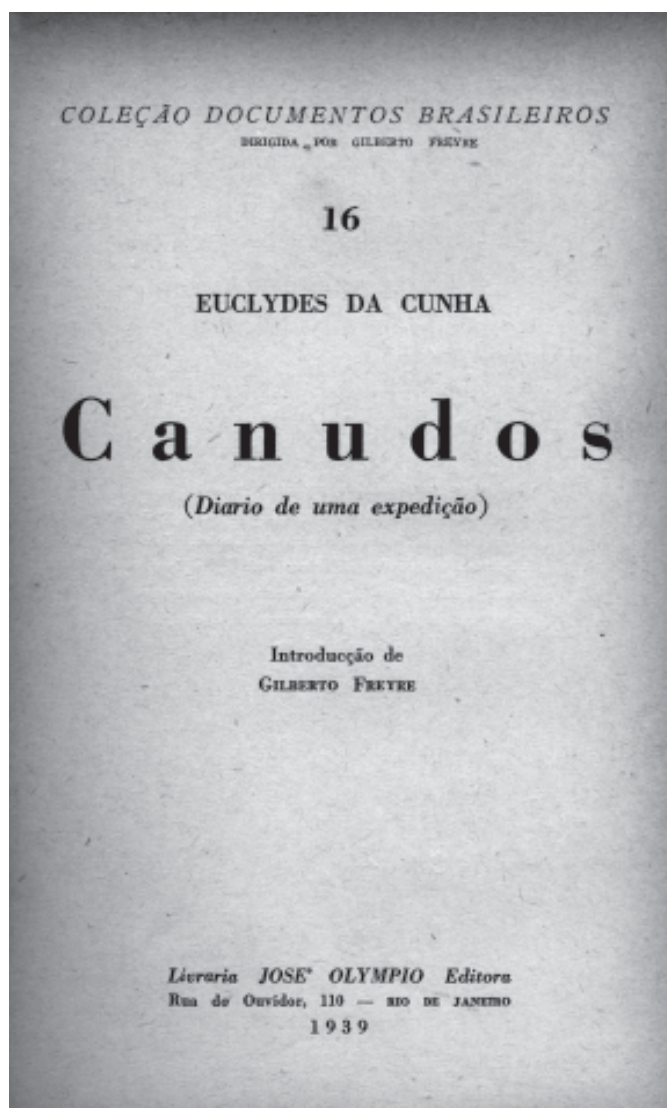
Vida social não existia, porque não havia sociedade; questões públicas tão pouco interessavam e mesmo não se conheciam (...). É mesmo duvidoso se sentiam, não uma consciência nacional, mas ao menos capitania,

embora usassem tratar-se patricio e paisano. (...)

Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientais de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo por-

tuguês aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular – eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos.¹⁶

O mais interessante no pensamento de Capistrano de Abreu é que, quando se referia às elites coloniais no período imediatamente anterior à independência, ele



O clássico de Euclides da Cunha representa uma tentativa de interpretação da nossa formação social

identificava os sentimentos de consciência e espírito nacionais, mas ao descrever os povos, o clima e a terra, parecia se decepcionar com os resultados obtidos com a emancipação. É, em verdade, uma forma de culpar o clima, a terra e as etnias pela inatingibilidade da unidade da nação.

Prevaleceu também entre outros pensadores do século XIX a idéia de que a nação existia como resultado do passado pré-colonial, colonial ou do processo de independência. Influenciados pelas idéias deterministas, cientificistas e pelo positivismo, os intelectuais do século XIX sonhavam com a possibilidade de progresso ilimitado, a exemplo dos países centrais do capitalismo. Autores do começo do século XX, como Euclides da Cunha,¹⁷ Manoel Bonfim,¹⁸ Sylvio Romero,¹⁹ Affonso Celso²⁰ e outros, encontravam obstáculos para a consolidação política e os interpretavam como *desvios* e *deformações* de nossa formação nacional. Para Romero, por exemplo, “o maior mal do Brasil (...) é pretendermos ser, como nação, como todo político-social o que não somos realmente”.²¹

Para a maior parte dos autores do período, o que explicava a nação e a nacionalidade era a terra, a geografia, o clima e as raças. *Nação inacabada*, *Males da nação*, *Nação enferma* eram títulos bastante comuns na bibliografia da época e refletiam o que pensavam os intelectuais acerca da questão. Esses autores organizavam todos os critérios objetivos (como língua, etnia, origem histórica, religião) para conceder status de

nação ao país e de cidadania ao seu povo, mas em vista das dificuldades de manutenção de ordenamentos políticos estáveis e dos obstáculos enfrentados para a construção de sociedades menos desiguais, um sentimento de frustração acometia a intelectualidade. Apontavam as irregularidades na formação nacional, identificando desvios e deformações em relação a um certo padrão de nação e nacionalidade eleito por eles como modelo e exemplo avançado de civilização. França e Estados Unidos eram os parâmetros preferenciais dos brasileiros.

A Primeira Guerra Mundial representou uma certa crise no pensamento brasileiro e latino-americano a respeito da questão nacional. O desencanto com a civilização ocidental levou intelectuais e políticos a buscarem nas raízes autóctones as características essenciais da nacionalidade. O discurso dos anos de 1920 e 1930, exemplificado por Sérgio Buarque de Holanda,²² Gilberto Freire²³ e Caio Prado Jr.,²⁴ procurava saber *quem somos, quem fomos, como nos caracterizamos* a partir de valores étnicos, regionais, lingüísticos, elementos naturais ressaltados como símbolos da singularidade, originalidade e autenticidade brasileiras. Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, considerava o passado um obstáculo e preconizava a liquidação das raízes como um imperativo do desenvolvimento nacional:

A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não

adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.²⁵

Eram discursos que recusavam imitações, rechaçavam os estrangeirismos. Alguns se constituíam como discursos de vanguarda (Oswald de Andrade), manifestos que se propunham a estabelecer critérios e parâmetros da unidade nacional.

Mais tarde, entre os anos de 1950 e 1970, observa-se a dicotomia entre o discurso marxista e o nacional-desenvolvimentismo, tendo este último influenciado a maior parte da intelectualidade brasileira. A disputa entre essas visões refletia a paradoxal divisão do mundo entre o internacionalismo e o nacionalismo, a revolução e a reforma. Os primeiros eram vistos como inimigos da nação, verdadeiros obstáculos na consolidação do desenvolvimento capitalista e da democracia. Nessa fase, vencidos os supostos inimigos comunistas, e ainda com imensas dificuldades de consolidar politicamente o país, as elites brasileiras passaram a culpar o modo de ser da gente do Brasil, como responsável pelos males da nação: "Terra de Santa Cruz, reduto da malandragem, habitada por seres lascivos

e indolentes, cujo herói é sem caráter e onde a Lei de Gerson prevalece".²⁶ Predominava então uma identidade atribuída pelas elites e assumida pelo povo brasileiro, em vista das dificuldades sociais. Prevaleceram imagens preconceituosas, impregnadas no imaginário popular em função da repetição e dos problemas advindos da própria construção de uma nacionalidade, dentro dos padrões de nação considerados pela elite como os mais adequados.

Nesse discurso do *modo de ser* do brasileiro, a sociedade percebe uma possível unidade orgânica, que perpassa suas diferenças sociais, raciais, religiosas, políticas e estabelece um vínculo entre todos os brasileiros, de norte a sul. Mesmo que muitas vezes os enunciados da Lei de Gerson (levar vantagem em tudo), do *jeitinho brasileiro* e do *Deus é brasileiro* tenham sido utilizados de maneira pejorativa para proclamar uma indignação ética, ainda assim eles funcionavam como fatores unificadores da brasilidade, sentidos que deveriam ser eliminados ou desconstruídos.

Em função da dependência cultural, entretanto, construiu-se a idéia de que o Brasil é um país que, tendo tudo para crescer, desenvolver-se e igualar-se aos demais povos *civilizados*, não consegue realizar essas *tendências naturais*, provenientes de sua grandeza territorial, humana e de recursos naturais. De certo modo e, em muitos aspectos, a maior parte dos estudos sobre a nacionalidade continuam ressentindo-se de *ausências e incompletudes*.

Em *Classe e nação*, editado no Brasil em 1986,²⁷ Octávio Ianni adota a perspectiva da “nação incompleta”: “A nação da burguesia não compreende a nação do povo. Os camponeses, mineiros, operários e outras categorias sociais, ou índios, mestiços, negros, mulatos, brancos e outros constituem uma espécie de nação invisível; aparentemente invisível”.²⁸

As análises de Octávio Ianni em seu último ensaio sobre o tema, *O labirinto latino-americano*, seguem a mesma direção. O autor trabalha com dois conceitos por meio dos quais pretende interpretar a questão nacional: Estado e sociedade civil. De seu ponto de vista, “o Estado é (...) freqüentemente prisioneiro de pequenos grupos, as classes econômica, política e militarmente mais fortes; os que mandam”, enquanto a sociedade civil é formada, predominantemente, por “camponeses, mineiros, operários, empregados e outros; em geral compreendendo índios, mestiços, negros, mulatos, amarelos, brancos”.²⁹ E quanto à relação entre esses dois conceitos, Ianni considera-a “conflituosa”. Observa que “a sociedade civil e o Estado encontram-se e desencontram-se. Freqüentemente dissociam-se. A sucessão de crises, golpes de estado, ditaduras e interrupções democráticas assinalam o periódico divórcio entre as tendências predominantes na sociedade civil e as do Estado”.³⁰

Ao analisar mecanicamente esses conceitos, Ianni separa-os como duas dimensões diferenciadas de uma mesma realidade, e poderia concluir pela bondade

intrínseca da sociedade civil e o maquiavelismo do Estado, visto como instrumento das classes dominantes. Por causa disso, Ianni ressalta que “a nação não está pronta, acabada”. “Na América Latina, a nação parece encontrar-se sempre em formação”, “as revoluções burguesas verificadas nos países latino-americanos não resolveram alguns aspectos básicos da questão nacional” e “a fisionomia da nação burguesa pouco ou nada reflete da cara do povo”. “Na América Latina, a história estaria atravessada pelo precário, inacabado, mestiço, exótico, deslocado, fora do lugar, folclórico. Nações sem povo, sem cidadãos, apenas indivíduos e população”.³¹

Apenas alguns autores contemporâneos alertam para o perigo de se buscar as origens da nação e indícios de identidade nacional em período anterior ao desenvolvimento das condições materiais para a constituição desta entidade.

José Murilo de Carvalho, em seu estudo sobre a simbologia republicana no Brasil, alerta para a necessária existência de um “anterior sentimento de comunidade, de identidade coletiva, que antigamente podia ser o de pertencer a uma cidade e que modernamente é o de pertencer a uma nação”, e diz:

No Brasil do início da República, inexistia tal sentimento. Havia, sem dúvida, alguns elementos que em geral fazem parte de uma identidade nacional, como a unidade da língua, da religião e mesmo a unidade política. A guerra contra o Paraguai na

década de 1860 produzira, é certo, um início de sentimento nacional. Mas fora muito limitado pelas complicações impostas pela presença da escravidão. (...)

A busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira República.³²

O estudo contemporâneo de José Horta Nunes, *Manifestos modernistas: a identidade nacional no discurso e na língua*,³³ remete às questões lingüísticas o processo de formação da nacionalidade e dispõe

a época do modernismo como o período da fixação de sentidos nacionais, através da afirmação lingüística evocada pelos manifestos culturais. Dispõe, também, que “o contexto cultural da época dos manifestos se caracteriza pela afirmação da identidade nacional (...) intensifica-se a preocupação com a questão da língua nacional, havendo um esforço para distinguir a língua brasileira das demais, principalmente da portuguesa”.³⁴

Começam a surgir, no Brasil dos anos de 1990, estudos que divergem das posições recorrentes sobre desvios, anomalias, deformações, inimigos, incompletudes. As construções estereotipadas sobre o



Um mundo inculto e afastado do universo do consumo coexiste com o mundo 'civilizado' das elites

AN PH/FOT/ 2764(102)

Brasil e o brasileiro são contestadas com base em estudos historiográficos e na *nova história política*, especialmente através da análise de discurso e de uma interpretação da realidade simbólica. Os novos aportes entendem a construção dos estereótipos como determinações históricas, circunstanciais. Além disso, nos novos estudos sobre a nação brasileira, o conceito de cidadania passou a vincular-se diretamente ao de nacionalidade, como no trabalho de Maria Cristina Leandro Ferreira: “Não há como falar de brasilidade sem trazer à tona o conceito de cidadania. Este é um conceito crucial na compreensão dos sentidos que se atribuem ao brasileiro”.³⁵ No entanto, Ferreira também aponta uma separação inexistente entre Estado e sociedade civil: “no Brasil, o Estado sempre foi mais forte que a nação. (...) a ausência de uma sociedade civil organizada resulta numa cidadania fraca, à qual se contrapõe um Estado forte, poderoso”.³⁶

No Brasil, assim como no resto do mundo, a década de 1990 assistiu ao questionamento da hegemonia da identidade nacional sobre as demais formas de identificação social. Houve uma verdadeira revisão no processo histórico de descontextualização ao qual haviam sido submetidas as múltiplas identidades étnicas, sociais, religiosas, familiares e sexuais existentes no mesmo Estado nacional. A partir do final do século XX, assiste-se à emergência de movimentos indígenas, antigos e novos regionalismos, afirmação de direitos ancestrais, feminismo, fundamentalismo religioso e outros;

enfim, a contradição entre universalismo e particularismo volta a aparecer com toda força. No mundo cada vez mais globalizado e homogêneo do ponto de vista político, econômico, comercial e financeiro, a cultura e a sociedade devolvem amplas doses de particularismos e *excentricidades*.

Os últimos acontecimentos mundiais ressaltam, inclusive, uma tendência ao incremento das identidades fundadas sobre bases religiosas e/ou étnicas. Considerados fanáticos e irracionais, esses grupos, mais e mais numerosos, têm características próprias, mas assumem cada vez mais as identidades que lhes são atribuídas pelos seus detratores: bárbaros. A idéia de que existe um território mundial civilizado e um mundo bárbaro é recorrente na modernidade. E uma das formas mais brutais de se resolver a questão é propor a eliminação da barbárie.

No Brasil, também se observa, ainda que de maneira muito sutil, sobretudo devido à sua posição periférica no cenário internacional, o discurso da existência de dois mundos, duas nações e duas brasilidades: um lado civilizado e desenvolvido, o mundo do consumo e das elites, e outro mundo inculto, o popular, completamente afastado do consumo das grandes cidades brasileiras e das benesses do capitalismo. A mera existência discursiva dessa dicotomia, a par da sua existência concreta e fartamente documentada, guardadas as devidas proporções, recobre um perigo tão grande quanto o que existe no resto do mundo.

N O T A S

1. Eric Hobsbawn afirma que língua, território, etnia, traços culturais comuns, religião e outros podem ser importantes, mas não fundamentais para definir a existência desses agrupamentos humanos. Eric Hobsbawn, *Nações e nacionalismo desde 1780*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p. 15.
2. Eric Hobsbawn, op. cit.; Benedict Anderson, *Nação e consciência nacional*, São Paulo, Ática, 1989.
3. Ernest Gellner, *Nações e nacionalismo: trajectos*, Lisboa, Gradiva, 1993, p. 89; Eric Hobsbawn, op. cit.
4. Ambos os conceitos, protonacionalismo popular e patriotismo estatal, foram criados por Eric Hobsbawn, op. cit.
5. Benedict Anderson, op. cit., p. 9-56.
6. Segundo Norberto Bobbio, "aquilo que os intelectuais pensam e dizem tem um valor exemplar e, como tal, diretivo. Os intelectuais como guias morais da nação, ou mesmo da humanidade". Norberto Bobbio, *Os intelectuais e o poder*, São Paulo, Unesp, 1997, p. 62.
7. Ernest Gellner, op. cit., p. 89: "É o nacionalismo que dá origem às nações, e não o contrário. (...) é possível revivificar línguas mortas, inventar tradições, restaurar antigas essências bastante fictícias. No entanto, este aspecto, culturalmente criativo, imaginativo, positivamente inventivo, do ardor nacionalista não deveria permitir que ninguém concluísse erradamente que o nacionalismo é uma invenção ideológica, contingente e artificial".
8. Luiz Felipe de Alencastro, *L'empire du Brésil*, in Maurice Duverger, *Le concept d'empire*, Paris, PUF, 1980, p. 50-85.
9. Octávio Ianni, *Classe e nação*, Petrópolis, Vozes, 1986.
10. Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 13. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1979, p. 3 e 121, 1. ed.: 1936.
11. Eric Hobsbawn, op. cit., p. 93.
12. Francisco Adolfo de Varnhagen, *História geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal*, 7. ed., São Paulo, Melhoramentos, 1959, t. 1, p. 24, 1. ed.: t. 1, 1852.
13. Ibidem, p. 86, grifo nosso.
14. José de Andrada e Silva Bonifácio, *Projetos para o Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras; Publifolha, 2000, p. 23. Esse discurso é de 1823, bem como os projetos para regulamentação do comércio de escravos e da situação indígena.
15. João Capistrano de Abreu, *Ensaios e estudos, 1ª série*, Rio de Janeiro, Briguiet, 1931, p. 75-76.
16. Ibidem, p. 247.
17. Euclides da Cunha, *Os sertões*, São Paulo, Abril Cultural, 1979, p. 30-89, 1. ed.: 1901.
18. Manoel Bonfim, *A América Latina: males de origem*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1993, p. 173, 1. ed.: 1903.
19. Sylvio Romero, *Provocações e debates: contribuições para o estudo do Brasil social*, Porto, Chardron, 1910, p. 102.
20. Affonso Celso, *Porque me ufano do meu país*, 12. ed., Rio de Janeiro, Briguiet, 1943, 1. ed.: 1900.
21. Sylvio Romero, op. cit., p. 102.
22. Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 3 e 121.
23. Gilberto Freire, *Casa-grande e senzala*, 22. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1983, 1. ed.: 1933.
24. Caio Prado Jr., *Evolução política do Brasil*, 8. ed., São Paulo, Brasiliense, 1972, p. 48, 1. ed.: 1933.

25. Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p. 121.
26. Maria Cristina Leandro Ferreira, A antiética da vantagem e do jeitinho na terra em que Deus é brasileiro: o funcionamento discursivo do clichê no processo de construção da brasilidade, in Eni Puccinelli Orlandi, *Discurso fundador*, São Paulo, Pontes, 1993, p. 69.
27. Octávio Ianni, *op. cit.*
28. *Ibidem*, p. 14-15.
29. Octávio Ianni, *O labirinto latino-americano*, Petrópolis, Vozes, 1993, p. 75.
30. *Idem*.
31. *Ibidem*, p. 77-78.
32. José Murilo de Carvalho, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 32. O texto de Carvalho é extremamente agradável e rigoroso na utilização de fontes não escritas – monumentos e símbolos republicanos –, mas o que nos interessa é que ele é um dos primeiros autores brasileiros a situar o aparecimento da nação na fase de implantação e consolidação do modo de produção capitalista no país, pelo menos depois do advento da abolição.
33. José Horta Nunes, Manifestos modernistas: a identidade nacional no discurso e na língua, in Eni Puccinelli Orlandi, *op. cit.*, p. 43-57.
34. *Ibidem*, p. 49.
35. Maria Cristina Leandro Ferreira, *op. cit.*
36. *Ibidem*, p. 74.